

1º Webinar da IFI:

“Impactos econômicos e fiscais da crise do coronavírus”

[Vídeo completo: https://www.youtube.com/watch?v=Y85deXOAa8w](https://www.youtube.com/watch?v=Y85deXOAa8w)

Marcos Lisboa, Convidado Especial

José Roberto Afonso, Conselheiro da IFI

Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI

Josué Pellegrini, Diretor da IFI

Daniel Couri, Diretor da IFI

29 de abril de 2020

Parceria: IDP

JOSUÉ PELLEGRINI – IFI



Impactos fiscais e econômicos do coronavírus

Josué Pellegrini

(Diretor da IFI)

Brasília, 29 de abril de 2020

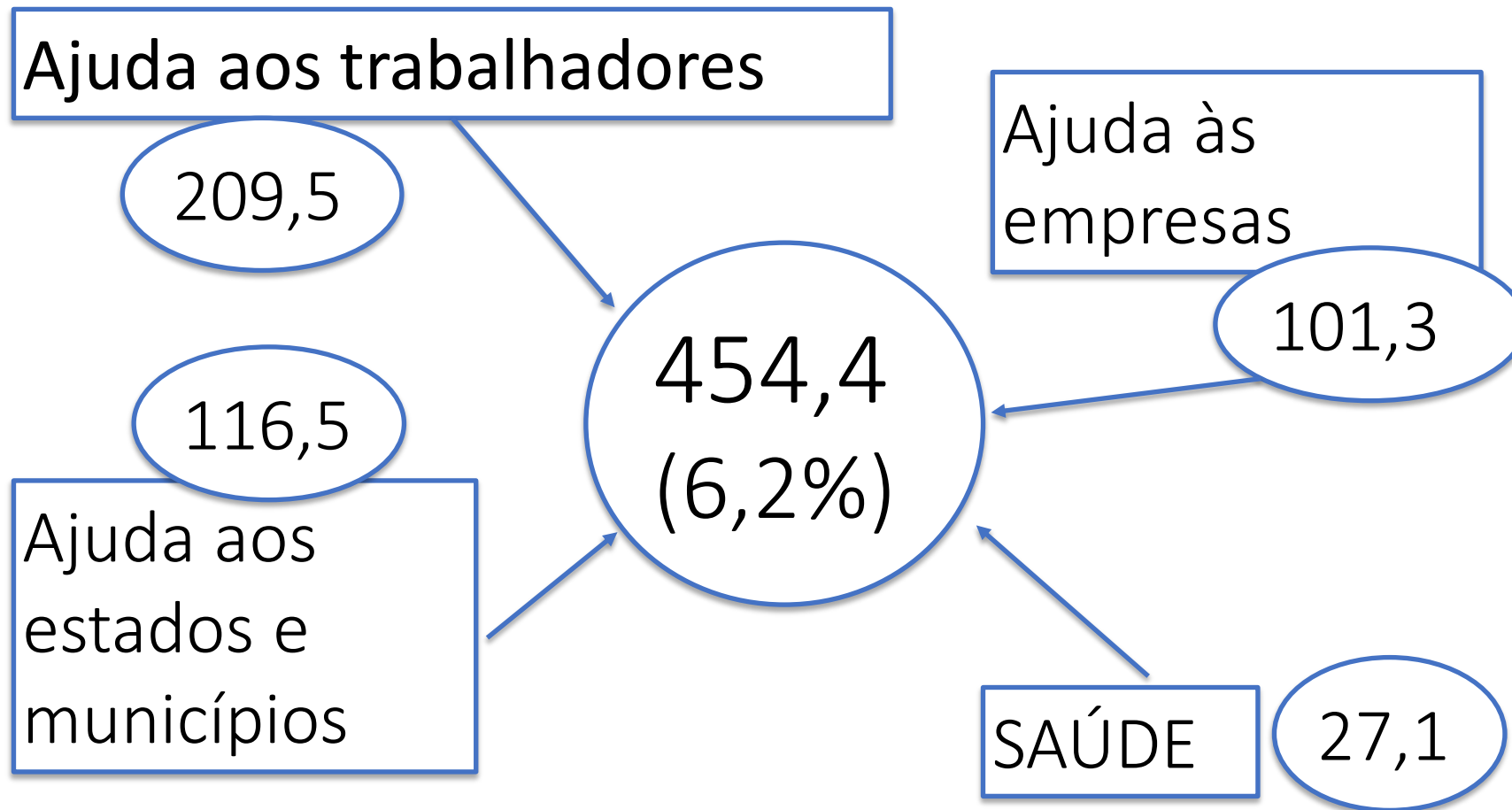
Efeitos econômicos do Coronavírus

Isolamento
social e
econômico

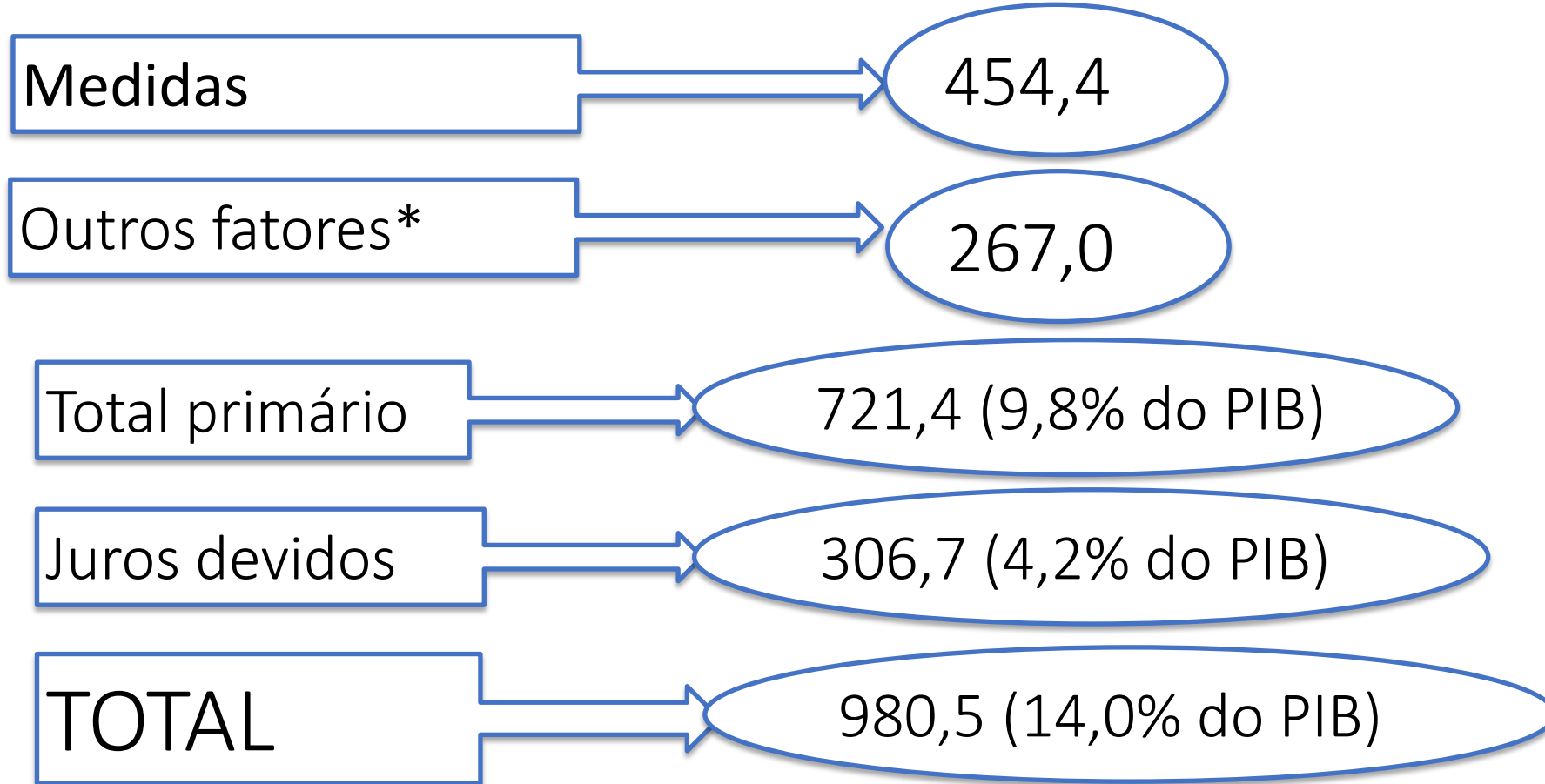
Queda da
produção, do
emprego e da
renda

Medidas de
mitigação da
crise

Medidas de mitigação da crise com impacto primário em 2020



Necessidade de financiamento



* Inclui meta original de déficit, efeitos da crise sobre receita e despesa, sem ser medidas, e o déficit primário de estados e municípios

Necessidade de financiamento: 14% PIB

- Tributos? Venda de ativos? Mais Dívida?
- Venda de reservas externas: US\$ 55 bilhões à taxa de R\$ 5,32, resulta R\$ 293 bilhões, 4% PIB.
- Mais dívida: 10% PIB (76 para 86)? Depende: a) restrita ao enfrentamento de crise? Claro compromisso com a sustentabilidade fiscal? Teto de gastos? Estabilidade política?
- Efeitos esperados: encurtamento de prazo e maior participação de títulos corrigidos pela Selic e das compromissadas.

DANIEL COURI – IFI

Destino

Despesas
primárias com
benefícios
emergenciais
(R\$ 150 bi)

Origem

Destino



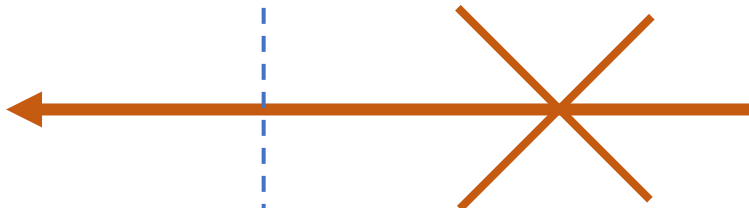
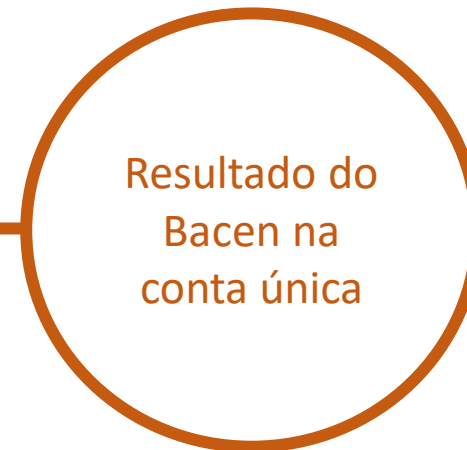
Origem



Destino



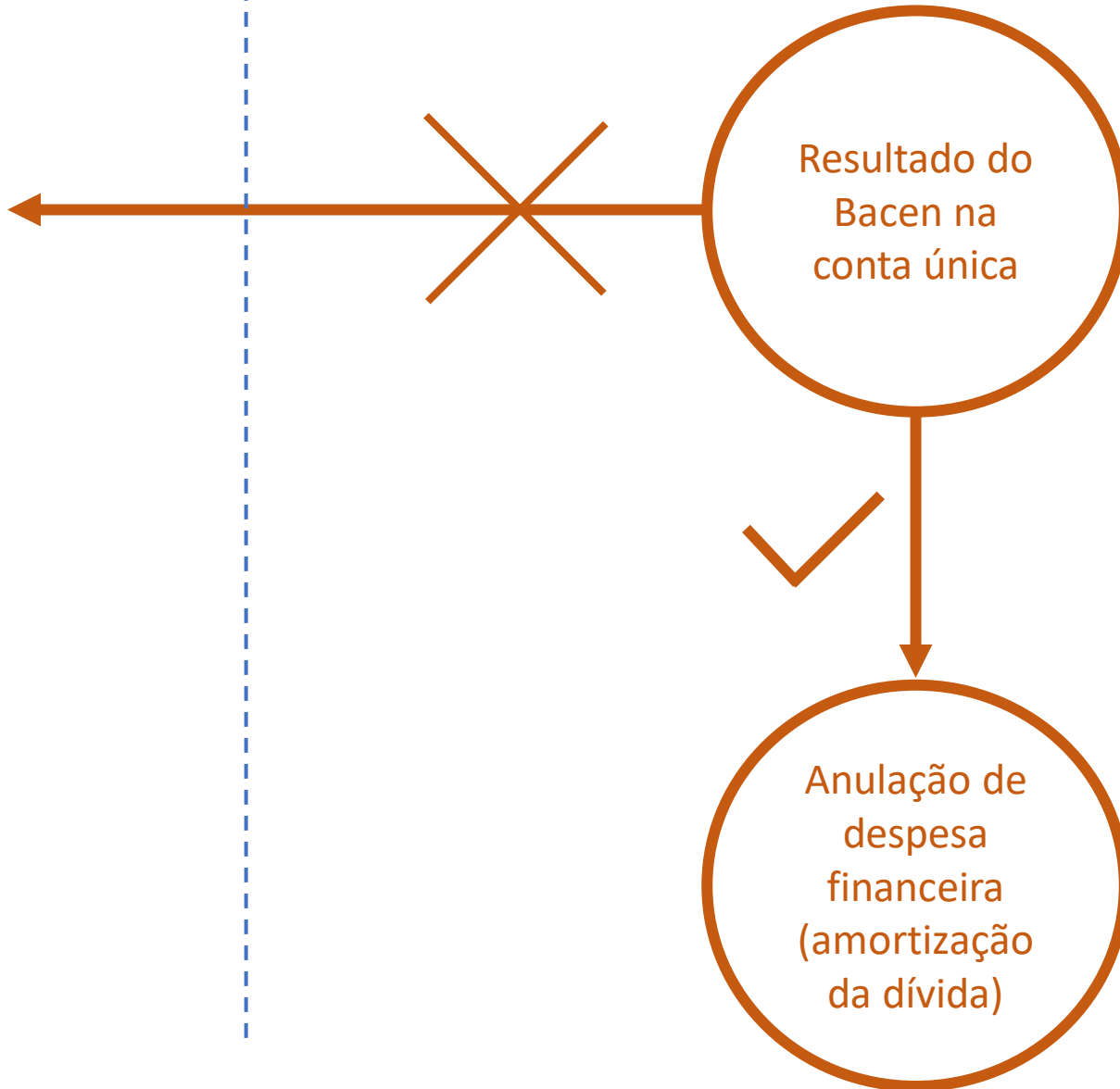
Origem



Destino



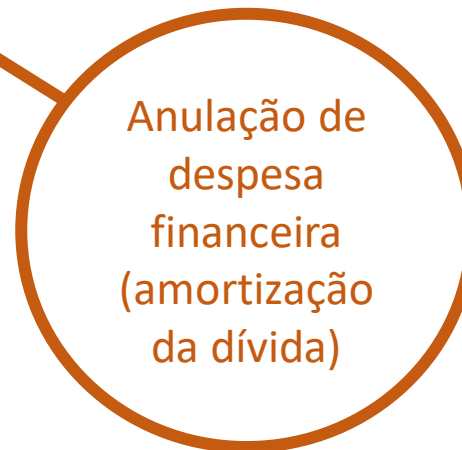
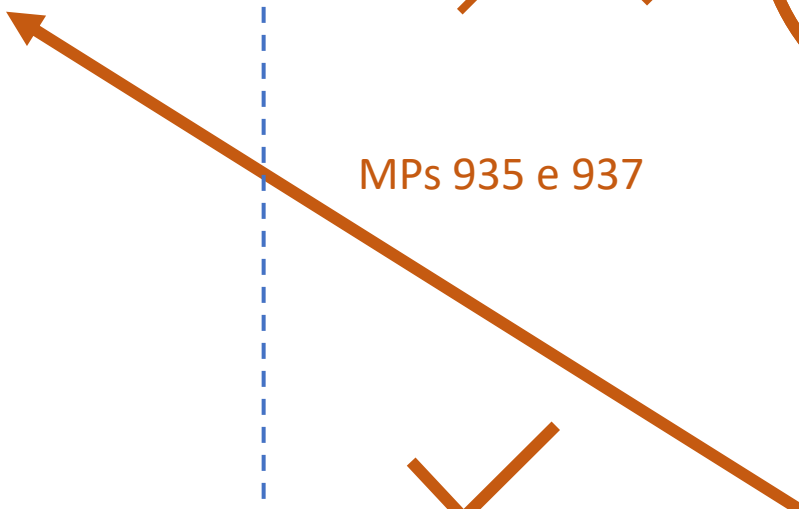
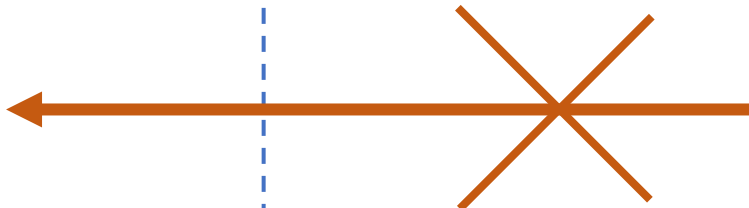
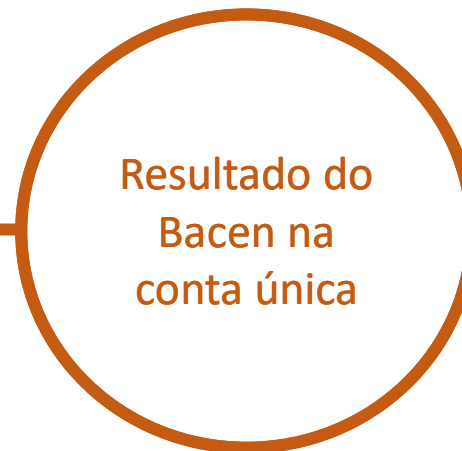
Origem



Destino



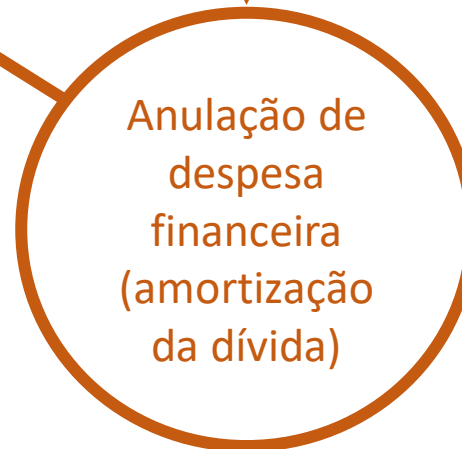
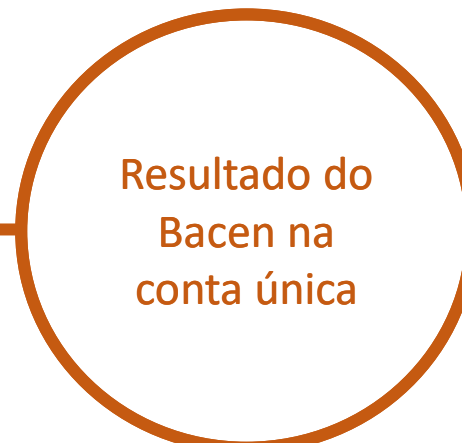
Origem



Destino

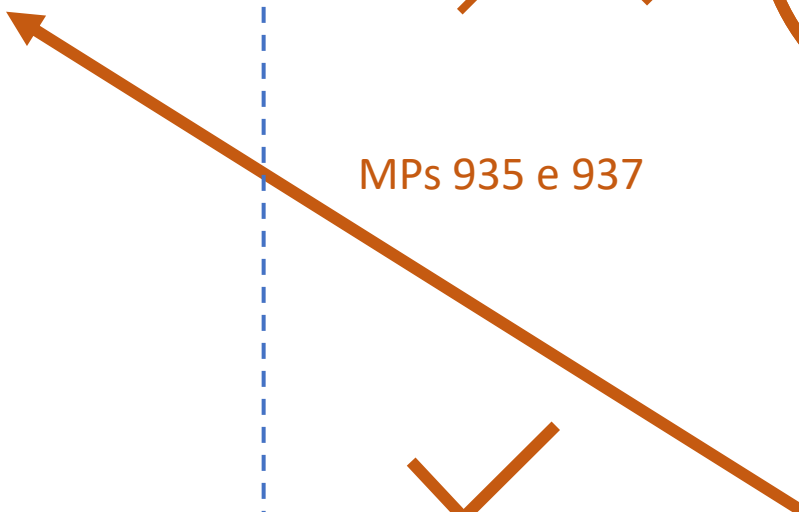


Origem



MPs 935 e 937

- Portaria 140/ME
- Portaria 9.148/SOF



JOSÉ ROBERTO AFONSO – Conselheiro da IFI

Impacto Fiscal e COVID-19

José Roberto R. Afonso

29/04/2020, IFI e IDP

Webinar “Impactos econômicos e fiscais na crise do coronavírus”.

Keynes, crise e política fiscal



Primeiro, Keynes atentou que a execução de grande parte dos investimentos públicos britânicos era realizada de forma descentralizada: seja por serviços e entidades autônomas, seja (sobretudo) por instâncias locais de governo.

Segundo, Keynes também reparou que, mesmo quando os governos se convenciam da importância do investimento para combater a depressão, eles também deveriam adotar adequados planejamento das ações e ordenação dos gastos, que deveria compreender desde a realização de diagnóstico até o acompanhamento e o controle de sua implantação. Bem ilustra essa posição, segundo Dillard (1986, p. 143) que, apesar de os Estados Unidos terem seguido a sua fundamentação teórica ao adotar o *New Deal*, Keynes julgou que eles pecaram pela “falta de planejamento” e por muita “improvisação”.

Gastos Saúde Internacional: Público x Privado

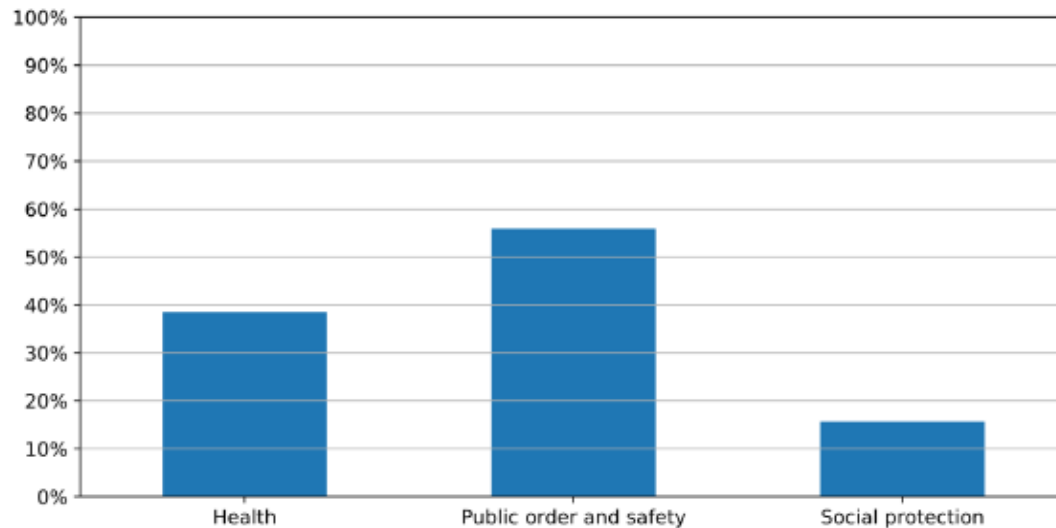
Gastos com saúde, governo/obrigatório 2018 ou mais recente disponível

BR: 43% x 57%

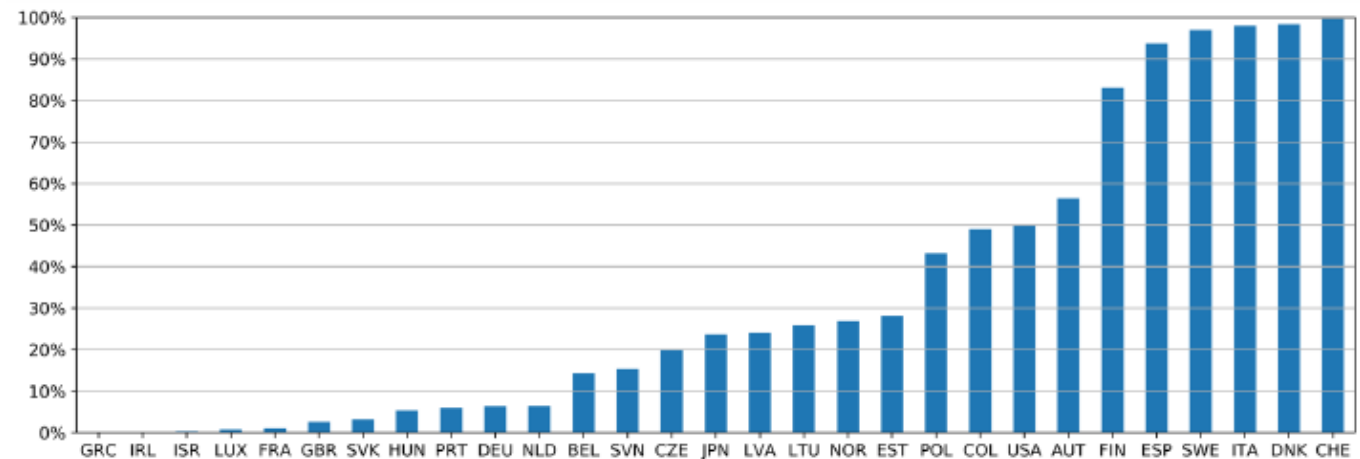


Gastos Saúde Internacional: Governo Central x Subnacionais

Governos subnacionais - em % do gasto público nacional - Média OCDE, 2017



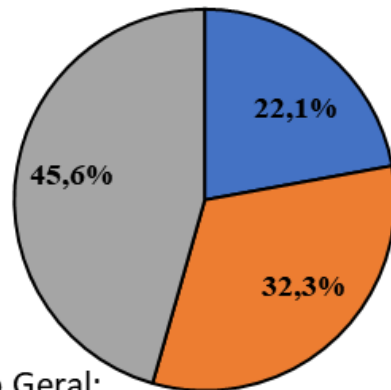
Governos subnacionais, em % do gasto público nacional com saúde - Por país, 2017



**Posição Relativa BR:
85%**

Descentralização dos Gastos

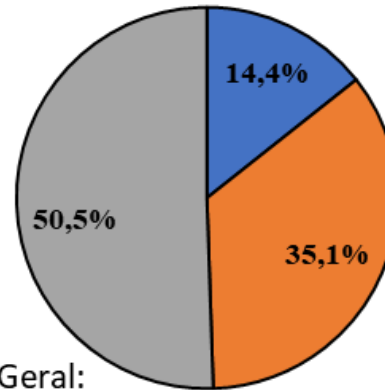
Compras de Bens e Serviços



Governo Geral:
7,02 % do PIB

■ União ■ Estados ■ Municípios

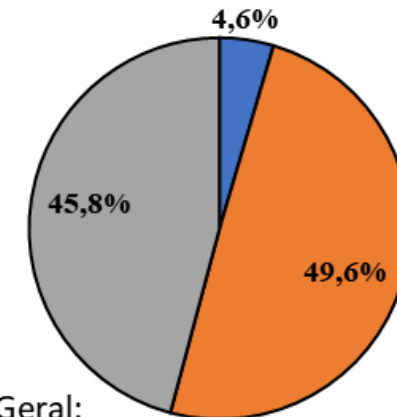
Saúde



Governo Geral:
4,18 % do PIB

■ União ■ Estados ■ Municípios

Assistência Hospitalar e Ambulatorial

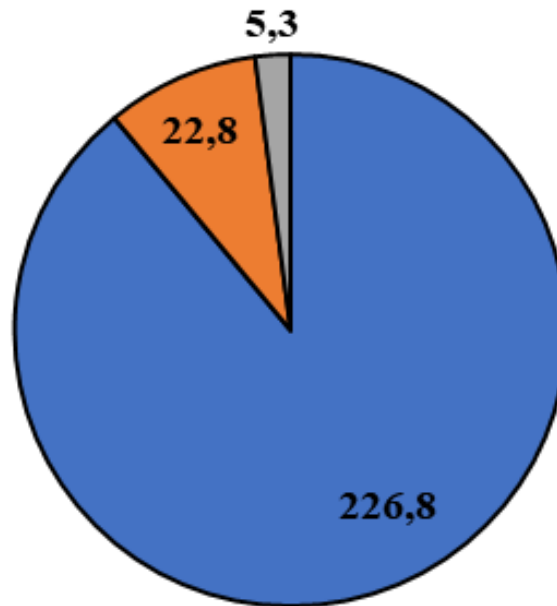


Governo Geral:
1,95 % do PIB

■ União ■ Estados ■ Municípios

Elaboração própria. Fontes Primárias: BSPN/STN e Siga Brasil. NOTA: O gráfico de “Compras de Bens e Serviços”, corresponde ao somatório das despesas com “Uso de bens e serviços” e “Consumo de capital fixo”. Os gastos de “Saúde” e “Assistência Hospitalar” equivalem as despesas empenhadas na respectiva função e subfunção, já excluídas as transferências intergovernamentais. Cálculos de Kleber Castro.

Gastos COVID-19: Total x Saúde



■ Gastos Totais COVID-19 - Previstos	(3,10% do PIB)
■ Emergência de Saude Pública - Previsto	(0,31% do PIB)
■ Emergência de Saude Pública - Pago	(0,07% do PIB)

Elaboração Própria. Fonte Primária: Tesouro Transparente. Nota: PIB projetado pela IFI (R\$ 7.321,3 bilhões).

Covid-19 – Prioritários de Despesas Federais

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 – Atualizado até 29/04/2020

Ações Federais	Previsão de Gastos (R\$ Bilhões)	Despesas Pagas			
		R\$ Bilhões	% do Total	% Previsto Global	% Previsto Ação
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	123,9	35,7	59,8	14,1	28,8
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	34,0	17,0	28,4	6,7	50,0
21C0- Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	23,3	5,5	9,2	2,2	23,6
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	16,0	1,0	1,7	0,4	6,4
Ampliação do Programa Bolsa Família	3,0	0,1	0,2	0,0	3,6
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,9	0,4	0,7	0,2	44,4
Despesas Adicionais dos Demais Ministérios	0,2	0,0	0,0	0,0	5,3
Total	253,0	59,8	100,0	23,6	23,6
Total (Em % do PIB)	3,46	0,82	-	-	-

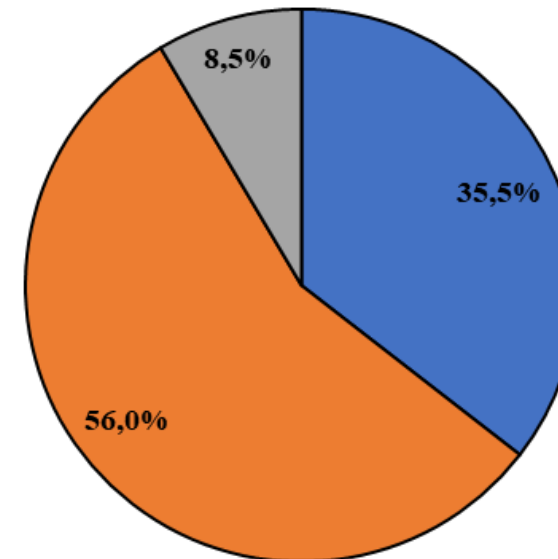
Elaboração Própria. Fonte Primária: Tesouro Transparente. Nota: PIB projetado pela IFI (R\$ 7.321,3 bilhões).

21C0- Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância

Total pago: R\$ 5,5 bi ou 23,6% do previsto na ação
Despesas de Capital: 5,7 % do total pago

Ação 21C0 - Despesas Pagas, por natureza (Atualizado até 29/04/2020)

Natureza da Despesa	Despesas Pagas
333141 - Transf. a Estados e DF - Contribuições - Fundo a Fundo	1.958.137.237
334141 - Transf. a Municípios - Contribuições - Fundo a Fundo	3.088.450.200
335039 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	5.000.000
338039 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	7.064.326
339014 - Diárias - Pessoal Civil	452.721
339015 - Diárias - Pessoal Militar	420.425
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	618.800
339020 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	100.000
339030 - Material de Consumo	69.118.060
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	38.455.318
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	214.672
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	36.301.083
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	14.070
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	400
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	7.480
449051 - Obras e Instalações	33.894.709
449052 - Equipamentos e Material Permanente	278.955.639
Total	5.517.205.141



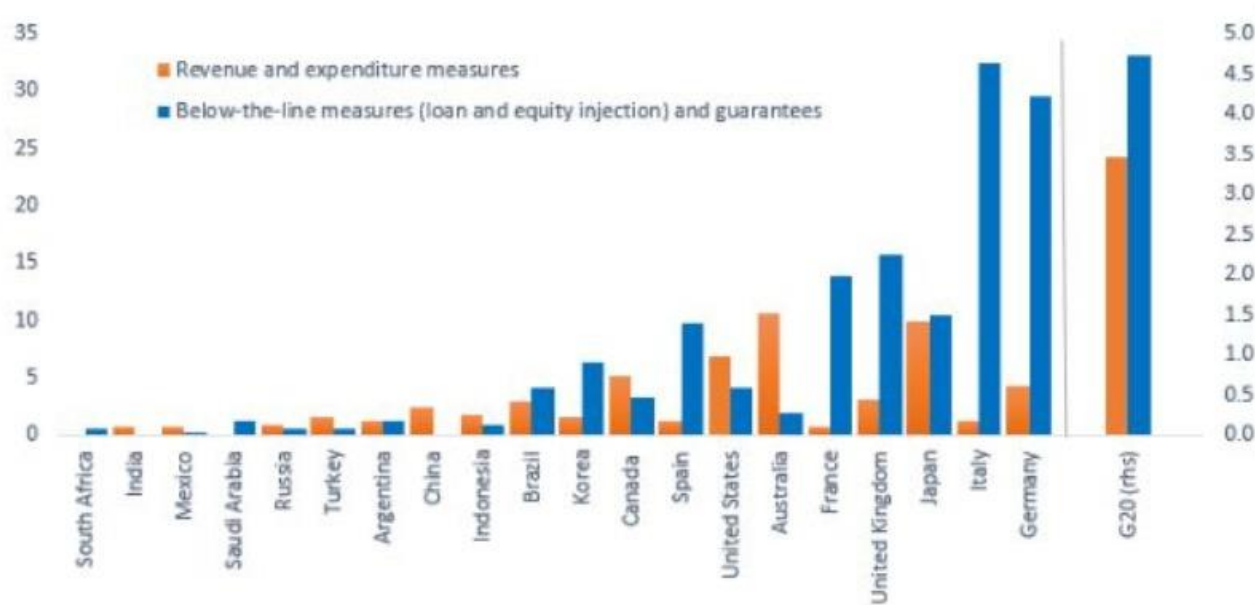
■ Transf. a Estados e DF ■ Transf. a Municípios ■ Aplicações Diretas

Expansionismo: fiscal x financeiro

Emergency lifelines

So far, countries around the world have used about \$8 trillion to fight the pandemic, with G20 countries taking the lead.

(Announced fiscal measures in G20 economies, % of GDP)





LRF (20 Anos): Válvulas de Escape

✓ Regras automáticas:

- calamidade pública - suspensa
- baixo (PIB abaixo de +1%) – dobra prazo de ajuste (2 anos)

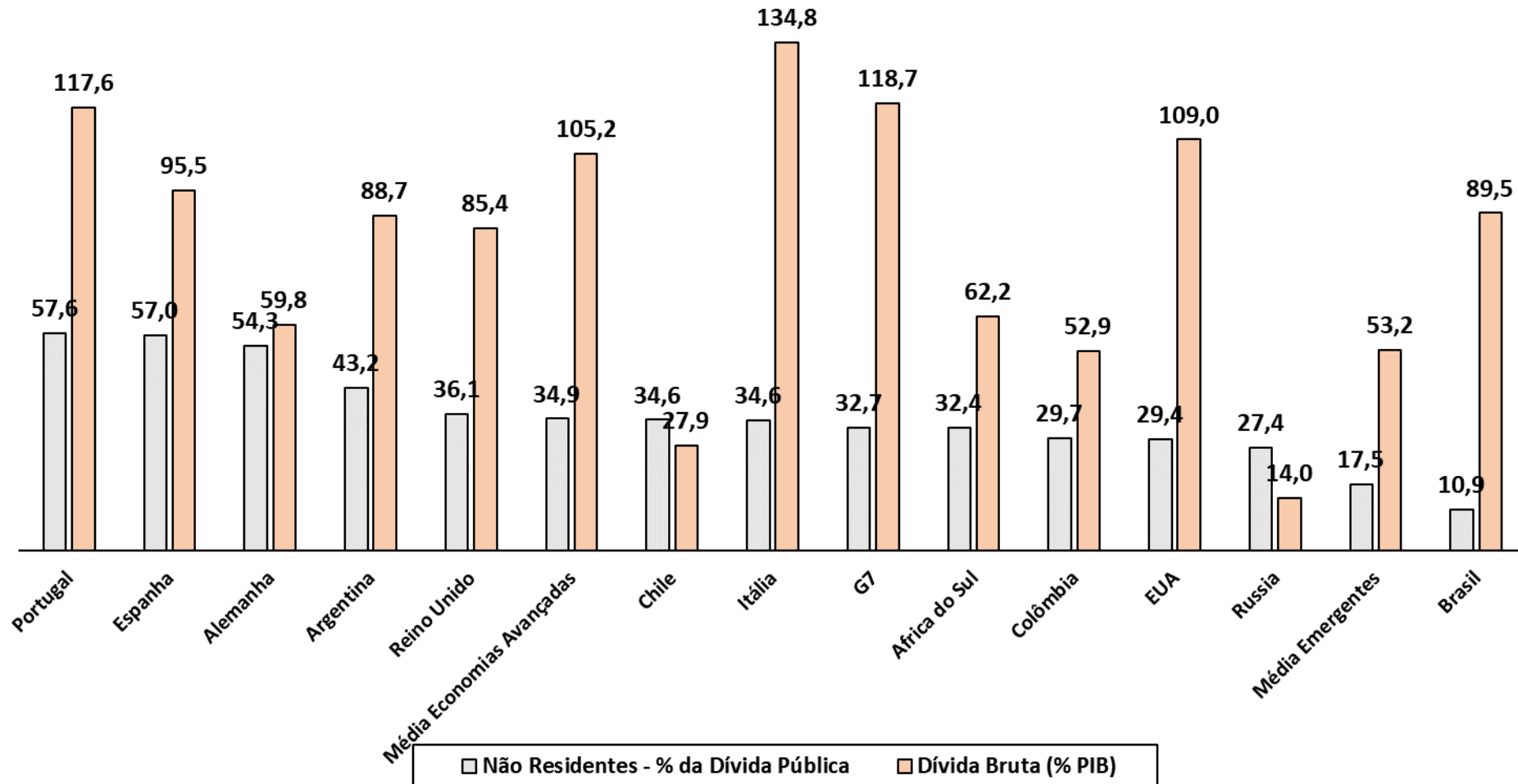
✓ Revisão anual:

- Presidente da República, quando anualmente envia orçamento, “conforme o caso”, propõe manter ou alterar limites globais de dívida (*ajuste anual da regra às metas fiscais*)

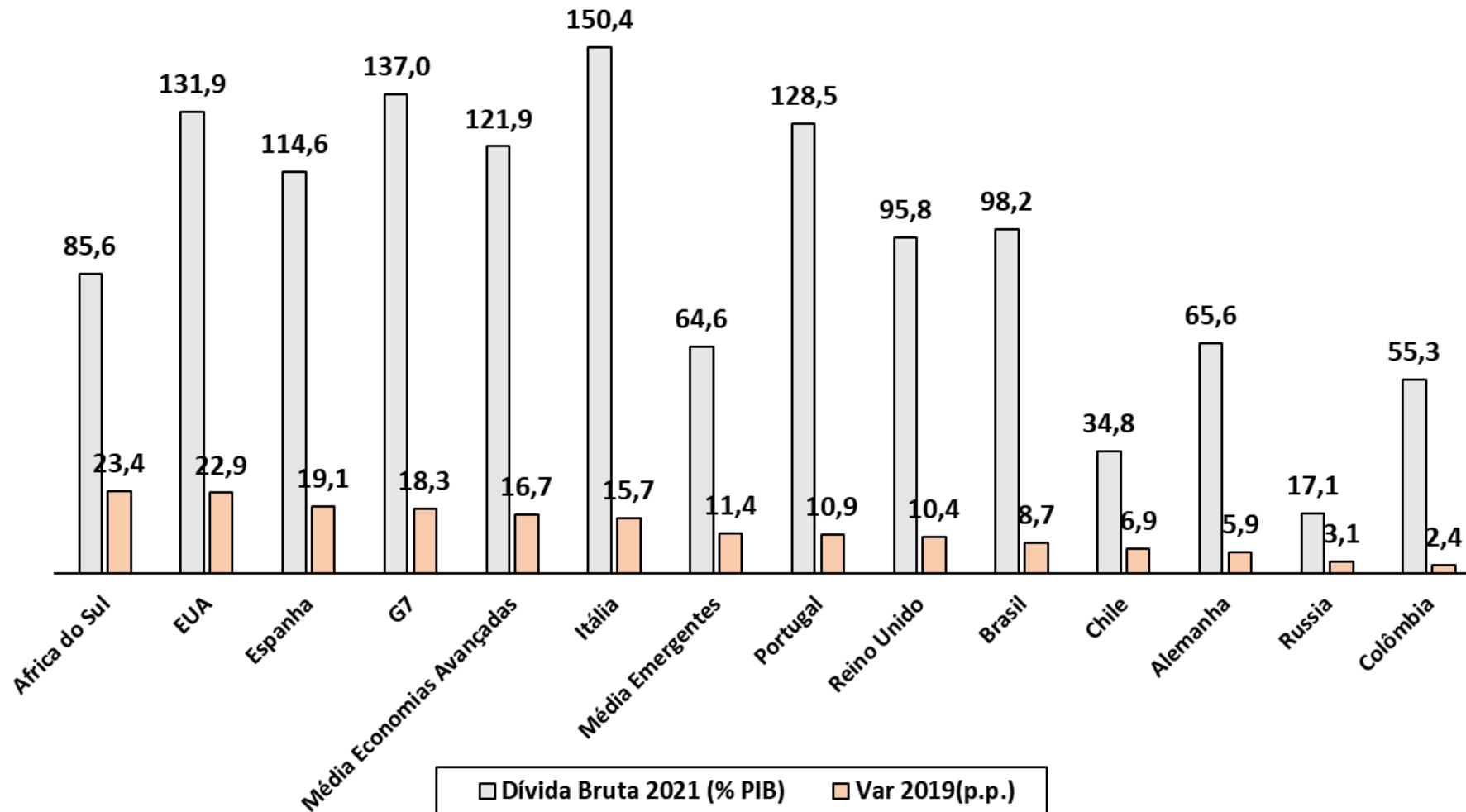
✓ Extraordinárias:

- alterados fundamentos (instabilidade econômica ou alterações da política monetária e creditícia) – Presidente pode propor alteração do limite; Senado pode ampliar prazo de ajuste até 2 anos e 1 quadrimestre

Dívida Pública Bruta e Não Residentes – 2019

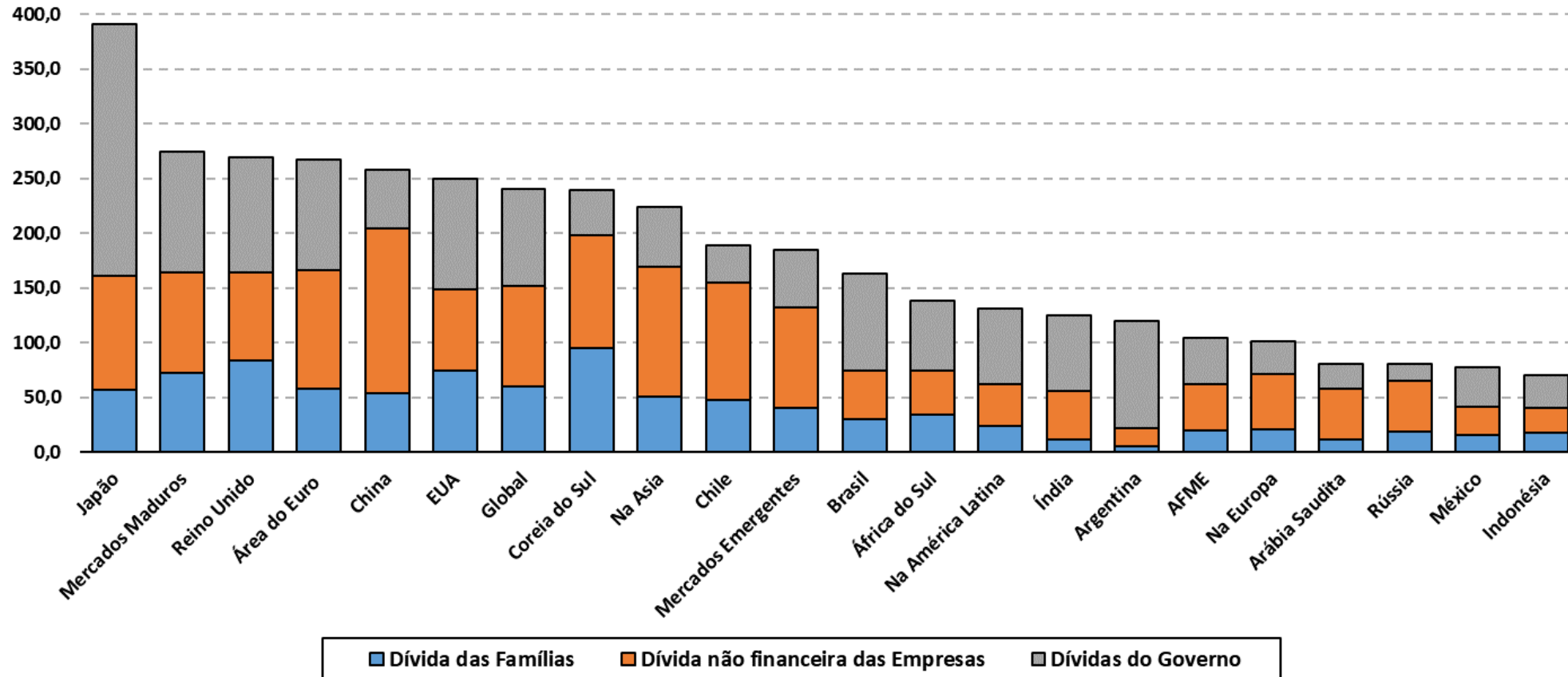


Dívida Pública Bruta – em % do PIB (em 2019 e variação até 2021)



Dívida Global Nacional

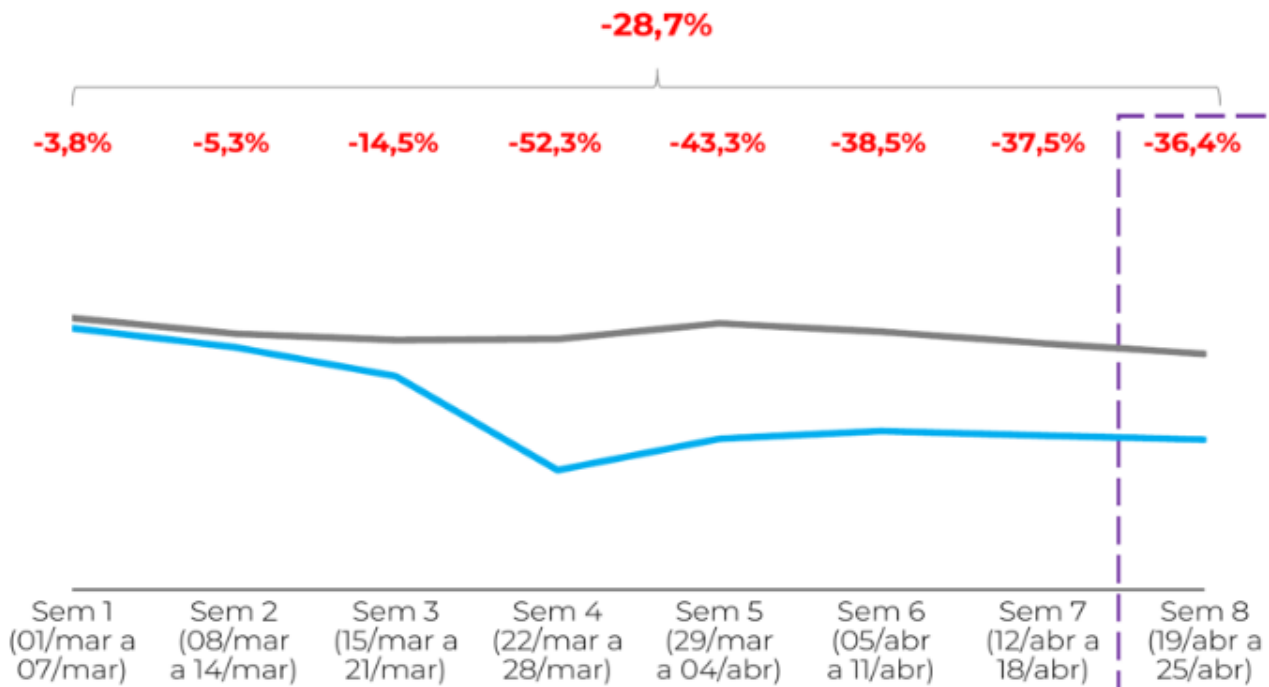
Dívida Total do Setor Não Financeiro, em % do PIB - Q4 2019



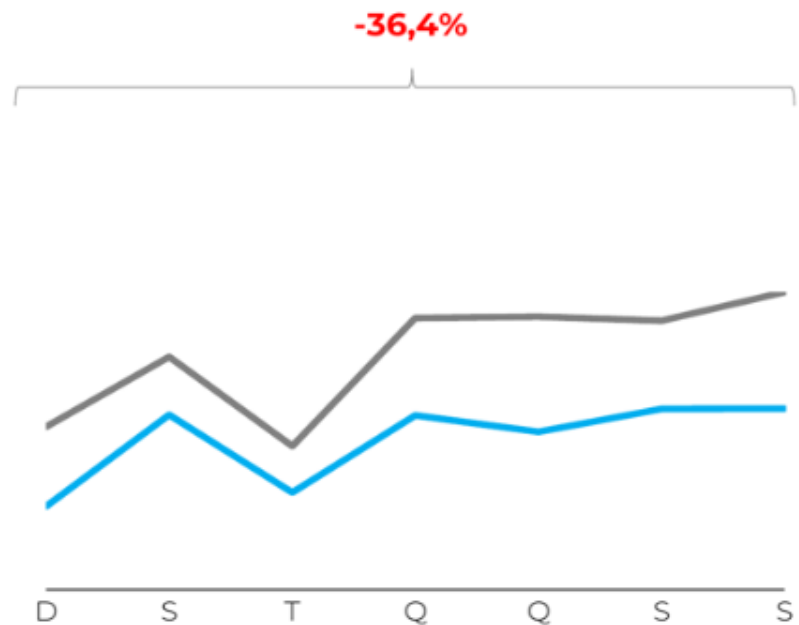
Vendas Meios de Pagamento – Varejo Total

Faturamento Nominal – Brasil

Histórico desde 1/mar/20



Semana Atual (19/abr/20 a 25/abr/20)



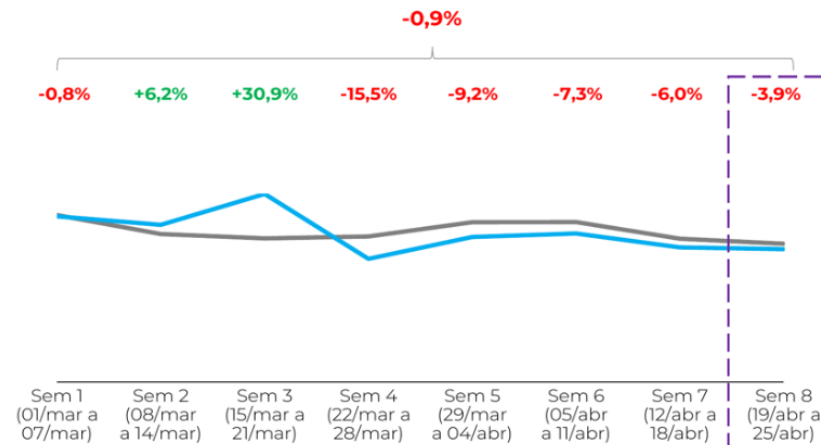
Base 100 = Domingo (2/fevereiro)

— Dias comparáveis antes do surto² — A partir de 1/mar/20

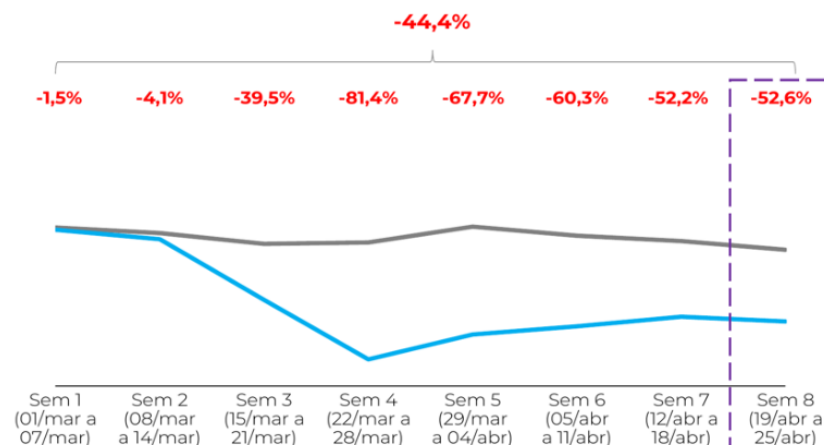
Vendas Meios de Pagamento - Setorial

Histórico desde 1/mar/20

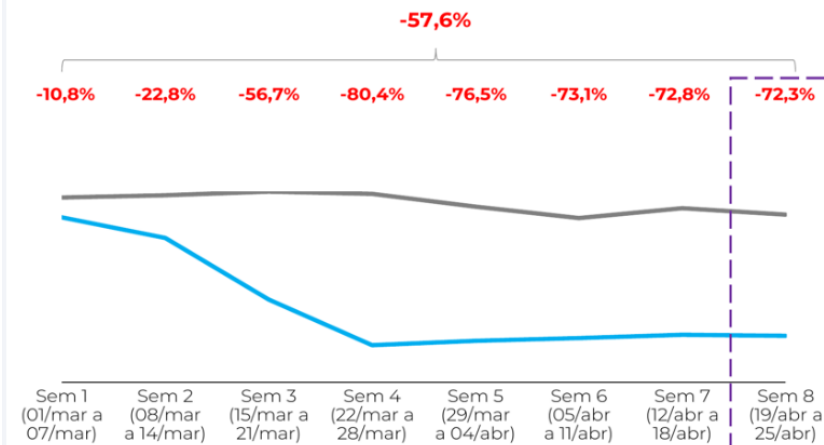
Bens Não Duráveis Total



Bens Duráveis Total



Serviços Total

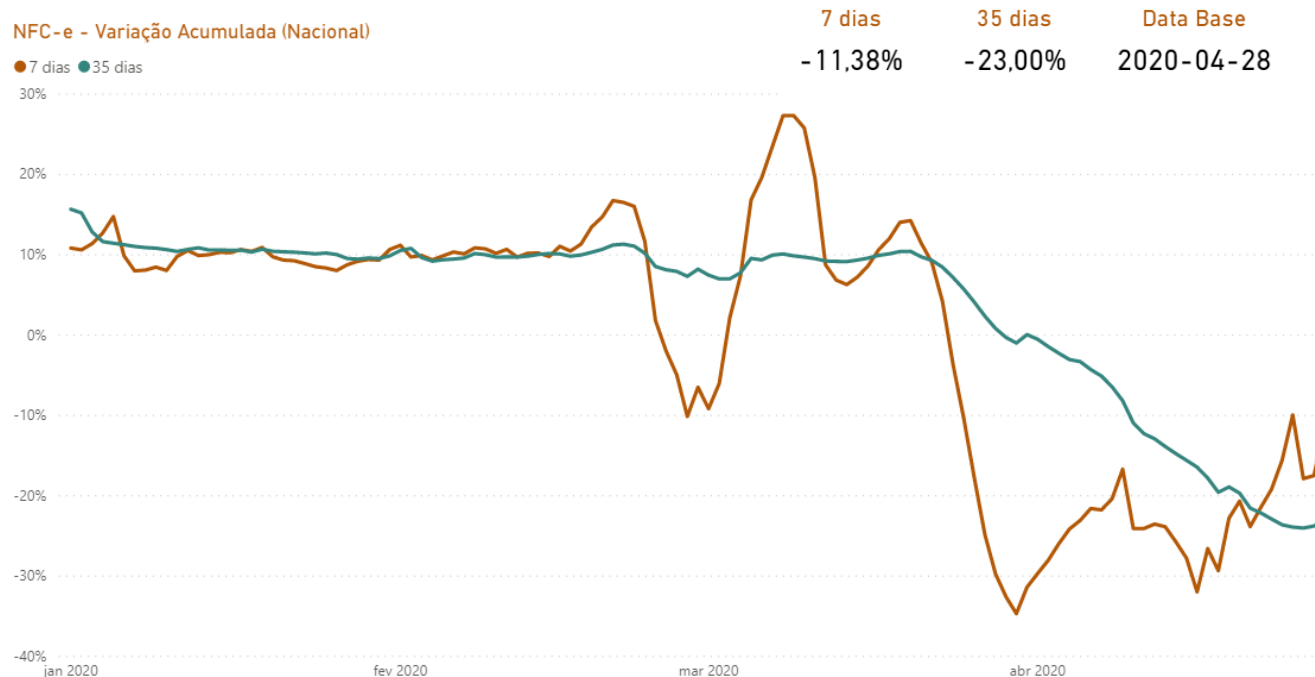


Base 100 = Domingo (2/fevereiro)

— Dias comparáveis antes do surto² — A partir de 1/mar/20

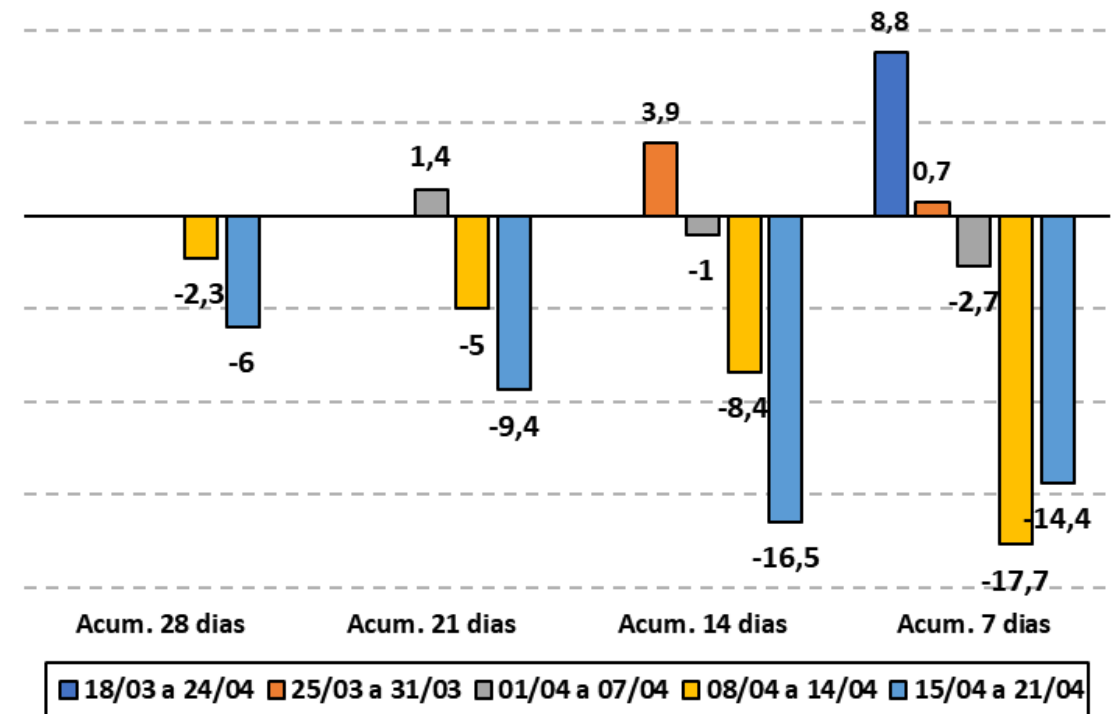
Indicadores Antecedentes - Base de Cálculo declarada do ICMS (NFC-e) e ISS (Amostras de Governos)

NFC-e – Var. Acumulada (R\$)



Fonte: SEFAZ-RS. Disponível em: <https://bit.ly/2zv1Fsk>. Notas: 1) Os dados não recebem tratamento prévio, como, por exemplo: seleção de Códigos Fiscais de Operações e Prestações (CFOP), exclusão documentos com valores outliers e exclusão de feriados. 2) Pode haver diferença de início de obrigatoriedade de emissão de documentos de cada UF, que depende da legislação local. 3) Os cancelamentos feitos pelos contribuintes influenciam a contabilização da data do cancelamento, e não da data da nota originária. Compreende a emissão de notas em 20 Estados brasileiros

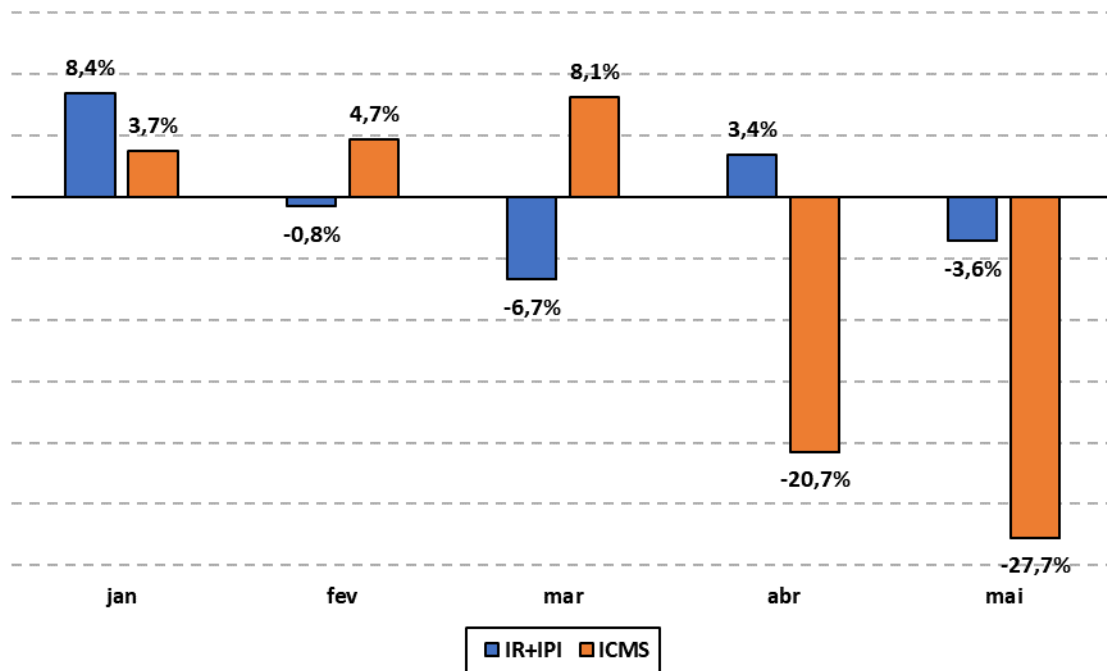
Valor das NF Emitidas – Var. Nominal 2020/19



Elaboração Própria. Fonte: FNP. (<https://bit.ly/3aK4D9X>). Compreende dados de 19 capitais.

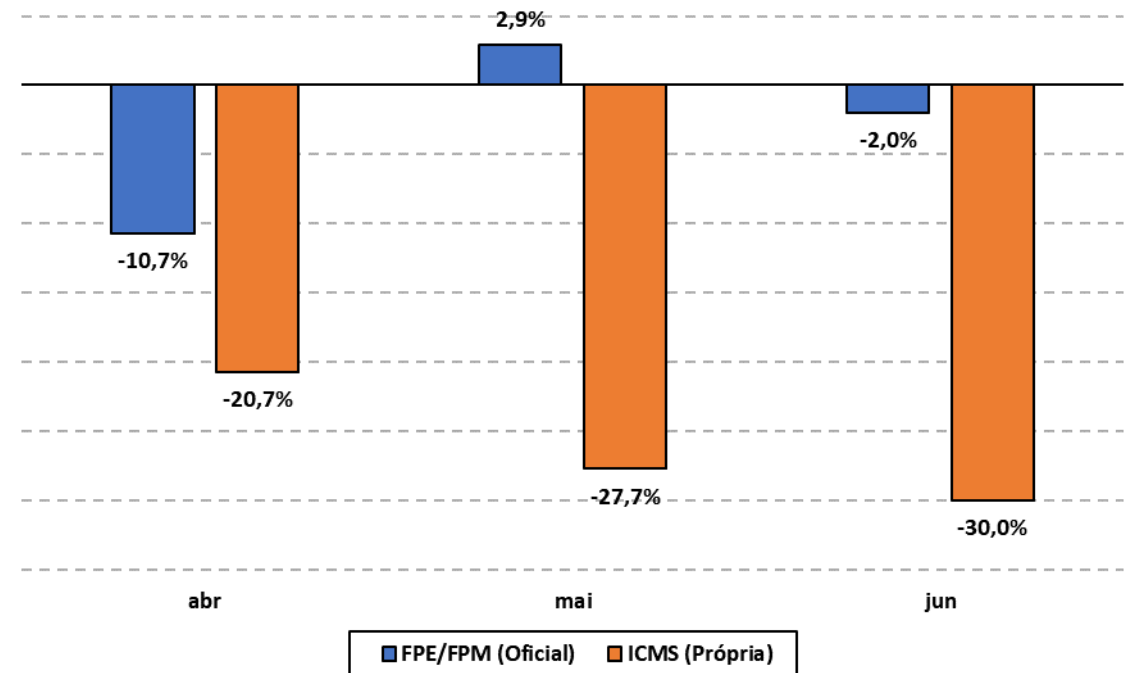
ICMS vs IR+IPI e FPE/FPM

Variação Nominal da Arrecadação - Mês vs. Mesmo mês do ano anterior - 2020



Elaboração Própria. Fontes: Siga Brasil, Banco do Brasil e STN. Obs: Dados de ICMS referem-se ao estado de SP. Obs 2: Dados consolidados de janeiro a março. Em abril os resultados foram estimados a partir da informação mais recente de repasse de FPE/FPM e Fundeb obtidas no BB. Obs3: Dados de maio são projeções, baseadas na hipótese que queda de 7 ponto percentual com relação à abril.

Projeção da Variação Nominal da Arrecadação - Mês vs. Mesmo mês do ano anterior - 2020



Elaboração Própria. Fontes: Siga Brasil, Banco do Brasil e STN.



Centro de Estudos Estratégicos do Exército - CEEEx

CRISE COVID-19: ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO PARA A NORMALIDADE



d) Indicadores para avaliação de estratégias – Atividade econômica

(1) Funcionamento dos corredores logísticos – Indicador de Esforço

(a) Sem as condições mínimas de funcionamento dos corredores logísticos (estradas, portos, aeroportos, pontos de apoio, meios de transporte, pessoal especializado, terminais de armazenamento e distribuição), as estratégias ficam completamente comprometidas.

(2) Produção de itens críticos – Indicador de Esforço

(a) A produção de itens críticos, sejam para o combate à pandemia, quanto à subsistência da população deve ser monitorada, e gargalos devem ser identificados o mais rapidamente possível.

(3) Número de trabalhadores demitidos – Indicador de Resultado

(a) Quanto menor, mais eficiente a estratégia.

(4) Número de Empresas fechadas – Indicador de Resultado

(a) Quanto menor, mais eficiente a estratégia.

(5) Estoques de Combustíveis – Indicador de Esforço

(a) Essencial para a segurança econômica, devendo ser monitorado em todos os elos da cadeia de produção/importação/distribuição.

(6) Valor da Arrecadação de Impostos – Indicador de Resultado

(a) Essencial para a saúde financeira dos entes federados.

(2) Organização de uma estrutura de coordenação das medidas sociais e de recuperação econômica

(a) Aparentemente todos os níveis de governo, particularmente o federal e os estaduais estabeleceram gabinetes de crise, a maioria deles focados na questão da saúde, e ativados no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, se apresenta como oportuna e muito urgente a ativação de uma estrutura de coordenação nacional de medidas sociais e de recuperação econômica, que tenha como foco a ação nos municípios.



Volta a Keynes

Talvez a melhor síntese da visão de Keynes de um homem público e mesmo da vida pública tenha sido expressa em discurso sobre a reforma do seguro social que fez no parlamento britânico em 24 de fevereiro de 1943:

The future will be what we choose to make it. If we approach it with cringing and timidity, we shall get what we deserve. If we march on with confidence and vigour the facts will respond. It would be a monstrous thing to reserve all our courage and powers of will for War and then, crowned with victory, to approach the Peace as a bankrupt bunch of defeatists (KEYNES, 1980, p. 260).

José Roberto Afonso é economista e contabilista,
doutor em economia pela UNICAMP e mestre pela UFRJ,
pós-doutorando do ISCSP de Lisboa,
professor do IDP e consultor independente.

Bernardo Motta e Thiago Felipe
colaboraram nas análises.

Mais trabalhos, próprios e de terceiros, no portal:
www.joserobertoafonso.com.br

EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (DISCLAIMER)

Este relatório foi elaborado para uso exclusivo de seu destinatário, não podendo ser reproduzido ou retransmitido a qualquer pessoa sem prévia autorização.

As informações aqui contidas tem o propósito unicamente informativo.

As informações disponibilizadas são obtidas de fontes entendidas como confiáveis.

Não é garantida acurácia, pontualidade, integridade, negociabilidade, perfeição ou ajuste a qualquer propósito específico das fontes primárias de tais informações, logo não se aceita qualquer encargo, obrigação ou responsabilidade pelo uso das mesmas.

Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, não se responde por quaisquer erros ou omissões, dado que toda informação é provida "tal como está", sem nenhuma garantia de qualquer espécie.

Nenhuma informação ou opinião aqui expressada constitui solicitação ou proposta de aplicação financeira.

As disposições precedentes aplicam-se ainda que venha a surgir qualquer reivindicação ou pretensão de ordem contratual ou qualquer ação de reparação por ato ilícito extracontratual, negligência, imprudência, imperícia, responsabilidade objetiva ou por qualquer outra maneira.